

Carta ao Centro Universitário Dom Helder

Alfabetizar é ampliar a liberdade

Resposta à proposta de metodologia de alfabetização para jovens e adultos em Minas Gerais

À Reitoria do Centro Universitário Dom Helder,

Senhoras e senhores,

Agradeço a apresentação da proposta e a disposição da Dom Helder de colocar sua capacidade acadêmica a serviço de uma responsabilidade pública: assegurar aprendizagem a quem não teve essa oportunidade no tempo próprio. Como professor, recebo esse diálogo com especial interesse. Aprender a compreender um aviso, conferir uma conta ou escrever uma mensagem pode ampliar a autonomia de uma pessoa em situações que atravessam toda a sua vida.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes coloca a aprendizagem no centro da educação. Prevê avaliação para corrigir dificuldades e formação docente vinculada à prática, além de cooperação com as instituições de ensino superior. A contribuição da Dom Helder permite aprofundar essa orientação para as pessoas que chegaram à juventude ou à vida adulta sem domínio suficiente da escrita e da leitura. Trata-se de um desenvolvimento adicional a ser construído, não de um programa já detalhado no nosso plano.

Minha posição é favorável à construção do plano técnico e de um piloto territorial, com coordenação pública e participação da Dom Helder. A adoção em escala estadual dependerá das condições de financiamento e dos resultados. Essa sequência respeita o próprio documento, que propõe implantação progressiva e deixa para a fase seguinte as metas quantitativas e o orçamento.

A responsabilidade do governador

A Constituição assegura educação básica gratuita também a quem não teve acesso na idade própria. A Lei de Diretrizes e Bases determina oportunidades educacionais adequadas às condições de trabalho e de vida das pessoas que procuram a Educação de Jovens e Adultos. Portanto, essa agenda não é uma liberalidade do governante: é parte do dever público com a educação.

Cabe ao governo estadual organizar sua rede e construir, com os municípios, a distribuição de responsabilidades. Nesse projeto, defenderei a liderança da Secretaria de Estado de Educação no acompanhamento dos resultados e na pactuação da oferta. O Estado deverá planejar sua participação financeira e garantir a continuidade na rede sob sua responsabilidade. A contribuição acadêmica não substitui esse dever. A cooperação municipal também não pode significar transferir obrigações sem discutir os meios para cumpri-las.

É nessa perspectiva que respondo às cinco deliberações apresentadas pela instituição.

1. Assumir a superação do analfabetismo como prioridade de Estado

Assumo esse compromisso. A prioridade de alfabetizar as crianças no momento certo não autoriza abandonar quem já passou dessa etapa. Quero uma política que reconheça os conhecimentos construídos ao longo da vida e ofereça condições para ampliá-los, sem constrangimento ou infantilização. A dignidade de uma pessoa não depende de seu grau de escolaridade.

A proposta considera pessoas de 15 anos ou mais, sem exigir histórico escolar para o ingresso. Apoio a busca ativa orientada pelas barreiras de acesso, com atenção às pessoas com deficiência, às pessoas idosas, à população negra, à população privada de liberdade e aos trabalhadores com baixa escolaridade. As periferias urbanas e os territórios rurais precisam de estratégias próprias. A prioridade de mobilização não deverá excluir outras pessoas elegíveis.

O diagnóstico deve combinar a dimensão do público com as condições de permanência e a distância até a oferta. Como registra o documento, o Censo permite detalhamento territorial e a PNAD Contínua acompanha a tendência estadual por amostragem. São bases complementares, não uma única série. Também distinguiremos as pessoas que nunca foram alfabetizadas daquelas que precisam recompor aprendizagens, para que o atendimento responda ao ponto de partida de cada participante.

A busca ativa Porta a Porta e o nosso Mapa Estadual de Desproteções oferecem uma conexão concreta com essa proposta. Defendo utilizar essa articulação para identificar necessidades educacionais e aproximar as pessoas das turmas. O Cadastro Único será um instrumento de localização, não uma exigência para exercer o direito de aprender. As metas territoriais serão definidas após o diagnóstico, com divulgação dos critérios de prioridade.

2. Construir, com a Dom Helder, o plano técnico e o piloto territorial

Manifesto apoio à elaboração conjunta dessa etapa. Como candidato, assumo um compromisso político; não emito autorização administrativa de despesa. Em uma futura gestão, a parceria deverá ter instrumento adequado e responsabilidades definidas, com justificativa técnica e transparência. Essa disposição não representa contratação antecipada nem exclusividade automática.

Reconheço o valor da combinação pedagógica apresentada. A referência a Paulo Freire aparece associada ao diálogo e ao respeito pelos saberes dos participantes. O documento também prevê ensino explícito do sistema de escrita e progressão planejada. Não há oposição necessária entre contextualizar a aula e ensinar com rigor. A própria proposta afirma que a contextualização dá sentido à sistematização, sem substituí-la.

Quero que o piloto verifique essa combinação na prática. Os temas do território devem conduzir à aprendizagem da escrita, da leitura e da matemática, com atividades que tenham uso real. Uma conversa sobre trabalho, por exemplo, pode dar origem à leitura de um aviso e ao preenchimento de um formulário. Respeitar a experiência do participante não dispensa ensinar o que ele ainda não domina.

A proposta dos Círculos de Alfabetização e Cultura, preferencialmente com 12 a 20 participantes e com possibilidade de grupos menores em situações específicas, será uma referência para o desenho inicial. A oferta deverá estar próxima das pessoas e utilizar espaços adequados. A formação dos alfabetizadores precisará incluir didática de adultos e ser acompanhada de supervisão contínua da prática, como previsto no documento. A remuneração e o vínculo profissional deverão ser definidos no plano de implantação, sem pressupor trabalho docente gratuito.

Antes da abertura das turmas, será necessário concluir a matriz de competências e preparar os materiais acessíveis. Também precisarão estar prontos os instrumentos de avaliação e os protocolos de acompanhamento. Proponho que o piloto tenha calendário e carga horária definidos para sua própria execução, passíveis de revisão antes da expansão. A duração definitiva do modelo poderá ser calibrada a partir dessa experiência, sem iniciar aulas sem parâmetros mínimos.

O documento ainda não apresenta custos. Por isso, o planejamento deverá dimensionar acessibilidade, avaliação, formação, materiais, pessoal, supervisão e transporte, entre os componentes necessários. Também identificará o custo da continuidade na EJA. Não anunciar custo não significa não ter custo. A abertura do piloto dependerá de fontes identificadas e de previsão orçamentária; a expansão precisará demonstrar sustentação financeira, sem tratar uma transferência eventual como receita permanente.

3. Garantir colaboração com coordenação pública e participação social

Concordo com a distribuição de funções proposta: contribuição metodológica da Dom Helder, coordenação estadual da política e execução territorial pactuada com os municípios. Defendo a participação da instituição no acompanhamento pedagógico, na formação de formadores, na pesquisa e na produção de materiais. As redes públicas conservarão suas responsabilidades pela oferta e pelo reconhecimento escolar, observadas as regras de seus sistemas de ensino.

Os municípios aderentes deverão pactuar a busca ativa e a organização das turmas, incluindo a articulação dos serviços locais. As coordenações regionais precisarão oferecer apoio, especialmente onde houver menor capacidade técnica. As estruturas regionais previstas no nosso plano podem ajudar nessa articulação, sem substituir as equipes educacionais nem criar instâncias políticas paralelas às prefeituras.

A cooperação com a União deve dialogar com o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, mencionado na proposta. Buscaremos compatibilidade entre as iniciativas e examinaremos o apoio financeiro e técnico disponível, sem presumir repasses antes de conhecer suas condições. Também preservaremos as experiências existentes que demonstrarem resultados.

A participação comunitária será importante para compreender as razões do afastamento da escola e localizar quem precisa de atendimento. Apoio o comitê de acompanhamento com educadores e representantes dos participantes. Organizações comunitárias podem contribuir com espaços e mobilização, sem substituir responsabilidades públicas. Como estabelece o documento, o programa deverá respeitar a laicidade e a liberdade religiosa. Nenhum material poderá promover candidatura, governo, interesse comercial ou partido.

4. Integrar alfabetização, condições de permanência e continuidade escolar

Assumo o compromisso de tratar a conclusão da alfabetização como início de uma trajetória, não como encerramento do atendimento. O encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos precisa incluir apoio à matrícula e orientação, com verificação do ingresso efetivo. A articulação com a educação profissional será construída conforme os interesses e os requisitos formativos de cada pessoa. Aprender também serve à autonomia de quem já se aposentou ou não pretende ingressar em um curso profissional.

Essa continuidade precisa ser organizada antes de a primeira turma concluir o percurso. O plano territorial deverá indicar onde serão oferecidas as etapas seguintes e quem acompanhará a transição. O reconhecimento das aprendizagens respeitará as regras dos sistemas de ensino, sem apresentar a conclusão de um círculo de alfabetização como conclusão automática do ensino fundamental. Para os adolescentes, a definição do percurso também observará a idade e a trajetória escolar, sem utilizar o programa como atalho para afastá-los da escolarização adequada.

A permanência exige atenção desde a primeira ausência, como propõe a Dom Helder. O contato deverá ser acolhedor e reservado, para compreender o motivo e encaminhar uma resposta. Dificuldades de deslocamento, incompatibilidade com o trabalho ou responsabilidades de cuidado não se resolvem por repreensão. Horários flexíveis e oferta próxima devem ser acompanhados de condições reais de acessibilidade, segurança e suporte pedagógico.

Defendo articular essas respostas à assistência social e à saúde. As barreiras identificadas terão encaminhamento ao serviço competente, sem prometer que o alfabetizador resolverá sozinho todos os problemas. Quem apresentar dificuldade de aprendizagem receberá apoio e oportunidade de continuar. A avaliação não será utilizada para humilhar o participante nem para retirá-lo da turma e melhorar artificialmente os indicadores.

5. Condicionar a expansão à avaliação independente e às evidências

Concordo com a expansão progressiva, após avaliação e correções. Certificado, frequência e matrícula não demonstram, isoladamente, aprendizagem. Precisaremos conhecer o que a pessoa conseguia fazer ao entrar e o que passou a realizar ao final, utilizando instrumentos adequados ao público adulto. Os princípios de avaliação do nosso plano são aplicáveis; isso não significa transportar automaticamente para esse público uma prova desenhada para crianças.

O acompanhamento deverá mostrar acesso, aprendizagem, continuidade escolar, equidade, experiência dos participantes, permanência e qualidade da oferta. Os resultados serão examinados por perfil e por território, com proteção de dados pessoais. A análise também deverá incluir quem abandonou o percurso, para evitar uma avaliação restrita aos que permaneceram até o fim. O custo por resultado será acompanhado sem penalizar os territórios onde as barreiras de atendimento são maiores.

Para tornar efetiva a independência prevista no projeto, proponho uma salvaguarda adicional: distinguir o acompanhamento pedagógico conduzido pela equipe de implantação da avaliação externa dos resultados. A Dom Helder poderá participar da pesquisa e contribuir com sua competência acadêmica. A avaliação externa, entretanto, deverá ter autonomia de método e publicação, com profissionais que não sejam responsáveis pela execução avaliada. Essa separação protege a instituição e dá mais credibilidade ao programa.

Essa orientação decorre da Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais proposta em nosso plano: quem executa não deve ser o único a avaliar o próprio trabalho. A avaliação do piloto não precisará aguardar a criação dessa autarquia. Sua independência poderá ser assegurada desde o instrumento de cooperação, com resultados publicados e resposta dos gestores às recomendações.

O desenho da avaliação será preparado antes da implantação, com critérios públicos para avançar. A melhora entre o início e o fim será um indicador importante, sem ser apresentada automaticamente como prova de que todo o ganho decorreu da metodologia. O estudo deverá utilizar a comparação mais rigorosa viável e declarar suas limitações. Se os resultados forem insuficientes, o dever será corrigir o desenho e preservar o atendimento às pessoas, não ampliar a experiência apenas para cumprir uma promessa.

Um compromisso com a aprendizagem e com as pessoas

Recebo, portanto, a proposta da Dom Helder como uma contribuição relevante para aprofundar nossa política educacional. Assumo a prioridade da superação do analfabetismo e apoio a preparação conjunta do piloto. A implantação terá responsabilidades pactuadas e recursos identificados. A continuidade escolar integrará o desenho desde o início, e a expansão será decidida com base em evidências públicas.

Quero ser o governador da aprendizagem. Isso significa cuidar da criança que precisa aprender no momento certo e também de quem não teve esse direito assegurado ao longo da vida. Não basta contar turmas abertas. Precisamos saber se as pessoas estão aprendendo e se essa aprendizagem ampliou sua liberdade para decidir e participar.

Agradeço à Dom Helder por apresentar uma proposta que permite transformar essa intenção em trabalho concreto. O compromisso que proponho é construir com seriedade, avaliar com independência e melhorar com continuidade. Política pública precisa aparecer na vida real.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB